

PRONUNCIAMENTO DO MINISTRO BRESSER PEREIRA

Câmara dos Deputados — 30.6.87

Sr. Presidente da Câmara, Deputado Ulysses Guimarães, Senhores Deputados

Ao assumir o Ministério da Fazenda, encontrei a economia brasileira enfrentando um momento de grave crise. Atravessávamos uma conjuntura de estagflação onde combinavam-se além da inflação e da recessão, uma grave crise financeira e uma ascensão do déficit público. Esta situação era ainda agravada por dois problemas estruturais com que a economia brasileira tem convivido nestes últimos anos, a dívida externa e a perda da capacidade de poupança do setor público.

A inflação, que até novembro encontrava-se na casa dos 3%, subiu rapidamente para 7, depois 14, até ultrapassar os 20% mensais. Esta escalada, tem origem no excesso de demanda e no desalinhamento dos preços. Durante o congelamento, o excesso de demanda global afetava de maneira desigual os diversos ramos produtivos exacerbando os desequilíbrios iniciais dos preços relativos. Esta situação provocou uma inflação de demanda acoplada à uma inflação corretiva. Após o Cruzado II, que ao taxar apenas alguns produtos desalinhou ainda mais a estrutura de preços, e o fim do congelamento, a inflação disparou.

A recessão já se prenunciava claramente na queda das vendas do comércio varejista desde fevereiro, e que fatalmente deveria se refletir no nível de produção e emprego. Esta retração de consumo interno, por sua vez, era acompanhada de igual comportamento por outros componentes da demanda agregada como exportações e investimentos, pois a defasagem cambial e o clima de incerteza vivido, não os estimulavam.

A crise cambial aparecia claramente no fato do saldo comercial dos três primeiros meses de 1987, alcançar apenas 1/4 do mesmo período do ano anterior. Com o aquecimento interno e a queda dos termos de intercâmbio as exportações caíram e as importações subiram, praticamente eliminando o saldo comercial. Além disso, mesmo com o país em moratória, as reservas cambiais continuavam caindo.

A crise financeira, fazia-se presente no elevado número de concordatas e falências, e no aumento da inadimplência junto ao sistema financeiro. As pequenas e médias empresas foram as mais atingidas por esta crise. Estas empresas endividaram-se e investiram fortemente durante o ano de 1986, para atender uma demanda projetada que acabou não se materializando. Desta maneira ficaram sem condições de honrar seus compromissos. Além

disso, como muitas pequenas e médias empresas tiveram seus preços reajustados abaixo da taxa de inflação, a correção monetária tomou-se, pelo menos parcialmente, um custo financeiro real.

O aumento do déficit público apresentava-se de maneira brutal pois passaria de aproximadamente 3% do PIB em 1986 para um valor projetado de 6,7% este ano. Neste déficit deve-se destacar a situação difícil das Finanças Estaduais, devido tanto ao excesso de contratações como ao agravamento do déficit financeiro resultante do aumento das taxas de inflação.

Finalmente, quanto aos problemas estruturais, dívida externa e poupança do setor público, deve-se dizer que, a administração da dívida externa encontrava-se em situação delicada, pois a moratória e o desequilíbrio da Balança de Pagamentos apontavam para uma situação de impasse na relação com os credores internacionais. Quanto ao problema da poupança do setor público, que caiu de uma média de 9% do PIB nos anos 70 para praticamente zero, obrigava o governo a uma disputa pela poupança gerada no setor privado, ao mesmo tempo dificultando os investimentos nos setores básicos que se acham sob controle dos Estados.

Este quadro tão desanimador fez com que vários economistas adotassem uma postura catastrófica. Assumindo a impossibilidade de alterações na política econômica previam um grave choque recessivo para o 2º semestre deste ano. De acordo com esta visão catastrófica e conservadora, a crise cambial, a inflação e o déficit público não poderiam ser mudados. A inflação não poderia ser atacada com um novo choque ainda este ano, devido ao profundo desalinhamento dos preços relativos. O déficit público não poderia ser reduzido, pois os gastos do governo seriam incomprimíveis devido a injunções políticas. Finalmente, a política cambial não poderia mudar devido a seus reflexos na taxa de inflação. Portanto, segundo esta visão, a não ser que o país conseguisse dinheiro novo dos credores internacionais, nada restaria a fazer, senão aguardar uma forte recessão acompanhada de agravamento da crise cambial e elevação das taxas de inflação.

E esta a situação que encontrei e que começamos a mudar.

A estratégia do governo para mudar a situação encontrada baseia-se, em termos gerais, em três pontos: Racionalidade, Realismo e Respeito ao Mercado. Estes princípios expressam-se nos seguintes objetivos fundamentais de política econômica do Governo:

- 1 — garantir o desenvolvimento econômico e o pleno emprego;
- 2 — distribuir de forma mais justa a renda entre as famílias e as regiões;
- 3 — combater a inflação e lograr uma razoável estabilidade de preços;
- 4 — alcançar um superávit comercial que permita ao País negociar sua dívida externa de forma soberana.

Para atingir estes objetivos, várias medidas de curto e longo prazo já foram efetivamente tomadas, ou estão em elaboração. Podemos ressaltar as seguintes: medidas para aumento das exportações, Plano de Negociação da Dívida Externa (em elaboração), Novo Plano Cruzado, medidas de apoio às pequenas e médias empresas, Plano de Controle Macroeconômico.

As medidas de incentivo às exportações baseiam-se no tipo de política escolhida pelo governo para fazer frente aos desequilíbrios do Balanço de Pagamentos. As duas principais alternativas existentes para este ajuste são: recessão ou desvalorização cambial. A segunda alternativa, ao promover o aumento do superávit comercial através do aumento das exportações e não através da redução das importações, é compatível com os objetivos fundamentais do governo e por isso foi a escolhida. E a alternativa que permite o crescimento, tem efeito multiplicador sobre o mercado interno, e como boa parte das exportações brasileiras consiste de Bens produzidos com tecnologia trabalho intensivo permite uma melhor distribuição de renda, ao aumentar a participação dos salários na renda nacional. Devemos ainda, para ressaltar a importância das exportações como estímulo ao desenvolvimento econômico, mostrar a incorreção das colocações que insistem em apresentar uma contradição entre crescimento de longo prazo do mercado interno "versus" exportações. Este erro pode ser facilmente demonstrado, pois quando cresce a capacidade produtiva não há nenhum impedimento econômico que impossibilite o atendimento dos mercados interno e externo concomitantemente. Desta maneira, para atingir o aumento das exportações, a política cambial foi acionada através de duas medidas de desvalorizações que recuperaram o atraso cambial relativo a 1986. Como resultado tivemos um acréscimo do saldo comercial de março, antes de assumirmos, para maio, de 359% passando de US\$ 206 milhões para US\$ 946 milhões.

BALANÇA COMERCIAL (US\$ MILHÕES)					
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI
Exportações	1.259	1.451	1.427	1.663	2.170
Importações	1.130	1.140	1.221	1.143	1.224
Saldo	129	302	206	520	946

O Novo Plano Cruzado, por sua vez, busca fundamentalmente dois objetivos: eliminar a inflação inercial, e recuperar as finanças públicas. Para atacar a inflação inercial, está sendo utilizado um congelamento por tempo determinado, que evitará os desajustes ocorridos no Cruzado 1. Evitará o forte desequilíbrio de preços relativos advindos de um congelamento por período muito longo, e não permitirá também que um aquecimento excessivo da economia provoque novamente uma inflação de demanda. De outro lado, para recuperar as finanças públicas, e a capacidade de poupança do setor público, o governo está eliminando subsídios (como o do trigo); reajustando tarifas, há muito defasadas, de maneira realista; e terá uma recuperação da carga tributária devido à queda da inflação. É importante observar que a carga tributária caiu de 16% do PIB nos anos 70, para um valor próximo de 10% do PIB atualmente.

As medidas de apoio às pequenas e médias empresas consubstanciadas nas Resoluções nºs 1.334 e 1.335 do Banco Central do Brasil, criaram mecanismos para que as pequenas e médias empresas possam refinar suas dívidas e financiar capital de giro a taxas subsidiadas de até 45% da OTN e juros de 0,5% ao mês, com carência de 6 meses e prazo de 36 meses. Estas medidas permitirão a sobrevivência daquelas empresas que tem viabilidade

econômica mas acham-se excessivamente endividadas. Deve-se notar também que o BNDES já começou a operacionalizar estas linhas de crédito.

Finalmente, o Plano de Controle Macroeconômico, tem como principais objetivos:

- Garantia do crescimento econômico, buscando alcançar taxas históricas (7% a.a.) de desenvolvimento;
- Garantir saldo da Balança Comercial que permita renegociar a dívida externa de maneira soberana;
- Assegurar a estabilidade de preços.

Para possibilitar a realização destes objetivos, algumas metas devem ser alcançadas, tais como, a elevação da taxa de investimentos em relação ao PIB, e o aumento da poupança do governo, que permitirão o acréscimo da taxa de crescimento econômico, o estímulo às exportações através de uma taxa de câmbio realista, que implicará em maior saldo comercial. A administração da política econômica, para garantir este crescimento sustentado onde exista distribuição de renda, sem desequilibrar o Balanço de Pagamentos, e com estabilidade de preços, deverá acionar as políticas específicas (monetária, fiscal, etc.) para compatibilizar estes objetivos. Assim, por exemplo, deve-se impedir que o excessivo crescimento do consumo interno prejudique o saldo comercial, como também, não se permitirá que uma diminuição muito rápida dos gastos governamentais, sem que tenha havido acréscimo dos dispêndios privados, provoque uma recessão.

Finalmente, podemos concluir com um breve diagnóstico da situação atual, já com as alterações de rumo provocadas pela mudança de política econômica. Dos três grandes vetores em que pretendemos atuar, Crescimento Econômico, Saldo Comercial e Estabilidade de Preços, dois já apresentam resultados significativos. O saldo comercial apresenta rápida recuperação, devendo atingir US\$ 8,6 bilhões este ano, permitindo um fortalecimento do poder de barganha do Brasil, na hora em que renegociarmos a dívida externa. O Novo Plano Cruzado, apesar de seus problemas, com salários, poupança e tablita, está provocando uma queda da inflação para taxas de 2/3% ao mês. Os problemas apresentados, por sua vez, são em grande parte resultantes da estagflação vigente já no primeiro trimestre deste ano. Os salários reais apresentaram queda de novembro de 1986 até maio deste ano devido à aceleração da inflação. O novo plano ao estabilizar os preços está estancando esta queda de salários reais, que tendiam a cair ainda mais. Além disso, em junho deverá ocorrer uma recuperação do salário médio real de aproximadamente 10%. A tablita apresentada agora, tem descontos, em termos reais, bem menores do que aqueles praticados durante o Cruzado 1, quando se considera a inflação prévia aos dois planos. Entretanto, como a recessão surgida no início deste ano agravou a situação das empresas, as disputas entre compradores e fornecedores tomaram-se mais duras, dificultando a aplicação da tablita. A poupança por outro lado, em junho renderá aparentemente menos do que a inflação, ocorrendo uma compensação em julho. A transição de uma alta para uma baixa taxa de inflação tornou inevitáveis esses ajustes. A inflação oficial de junho inclui o resíduo inflacionário de maio. Se consideramos apenas a inflação dia a dia ocorrida a partir de junho, esta inflação real em junho deverá ser consideravelmente menor do que o rendimento das cadernetas de poupança neste mês.

O plano de estabilização com o congelamento geral dos preços, é uma parte do Plano de Controle Macroeconômico que está sendo concluído. Através desse plano e de uma

negociação soberana da dívida externa brasileira será possível superarmos a presente crise e direcionarmos a economia brasileira no sentido do desenvolvimento e de uma distribuição de renda mais justa.